



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PEDRO HENRIQUE SANTANA DE BESSA

**O RESSURGIMENTO DO ANTICOMUNISMO NA POLÍTICA
EXTERNA BRASILEIRA E A RUPTURA INSTITUCIONAL DURANTE
O GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO**

São Cristóvão

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O RESSURGIMENTO DO ANTICOMUNISMO NA POLÍTICA
EXTERNA BRASILEIRA E A RUPTURA INSTITUCIONAL DURANTE
O GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado
ao Departamento de Relações Internacionais
como requisito para obtenção do título Bacharel
em Relações Internacionais.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Edson Tomaz de Aquino

São Cristóvão

2022

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1 – REALINHAMENTO PARTIDÁRIO CÂMARA DOS DEPUTADO	17
GRÁFICO 1 – ÍNDICE DE FRAGMENTAÇÃO - PARTIDÁRIA CÂMARA E SENADO...	18
GRÁFICO 2 – ATORES CITADOS PELOS JORNAIS O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO .	24

A família e aos amigos Clara e Pedro, pois sei o valor de uma promessa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha Alma Mater por me ensinar a amar incondicionalmente o conhecimento através dos meus professores, amigos de sala e todos os trabalhadores que mantêm a universidade viva. Mas eis que em breve nos separaremos e estou entregue ao desconhecido, assim como estive quando atravessei seus portões pela primeira vez desfrutando de uma mocidade que não possuo mais. Entrei um menino e saio um homem, quando me inscrevi no curso de Relações Internacionais esperava conhecer o mundo, todavia quando entrei em sua biblioteca percebi que o mundo estava ali e assim percebi.

Eu poderia passar o resto da minha vida naquele lugar vasto e silencioso.

Enfeitiçado pela eloquência de Sócrates descobri que o mundo não pode ser apenas aquilo que os olhos alcançam e nossa pele toca, há algo mais para além disso tudo, a alma é ilusória, mas necessária mesmo que inexistente na matéria. Sob o pé do flamboyant conheci pessoas, li aforismos indecifráveis apolíneos e dionisíacos, guardo-os comigo assim como as flores do mal que o destino me trouxe nas noites etílicas dos bares nos arredores, gozei da minha juventude, rendi-me a lascívia virtuosa do desejo.

Há mistérios que nem em toda cultura ou ciência podem decifrar.

A vida é sofrimento, a vida é a luz que percorre o espaço-tempo adentrando no reino das trevas cósmico cujo trono encontra-se vazio, a vida é o vale doloroso que todos nós somos jogados sem explicação, a vida é a plenitude que só quem viu a noite estrelada através da janela sentiu, a vida são os momentos que vivi contigo repetidos indefinidamente pela eternidade.

A vida precisa de segredos para existir, tal como eu.

Me despeço contente e peço que aceite meu presente de despedida, este singelo trabalho científico redigido contra o tempo sob circunstâncias adversas numa rotina totalmente preenchida com processos, suas aulas e as aulas de direito.

Muito obrigado!

*“Or se’ tu quel Virgilio e quella fonte
che spandi di parlar sí largo fiume?”
rispuos’io lui con vergognosa fronte.
“O de li altri poeti onore e lume,
vagliami ’l lungo studio e ’l grande amore
che m’ha fatto cercar lo tuo volume.
Tu se’ lo mio maestro e ’l mio autore,
tu se’ solo colui da cu’io tolsi
lo bello stilo che m’ha fatto onore.
Dante Alighieri, *L’Inferno*, Canto I.*

RESUMO

A ascensão da extrema direita nas eleições brasileiras de 2018 é personificada pelo até então ex-deputado federal, Jair Messias Bolsonaro, o primeiro presidente desde a redemocratização a defender abertamente o horror da ditadura militar (1964-1985) – mas, sobretudo, é guiada pelo viés ideológico anticomunista, que transcende a figura do próprio presidente e possui raízes profundas na sociedade e no sistema político brasileiro. O ineditismo do bolsonarismo nas eleições de 2018 desencadeou rupturas na política externa brasileira em diversos níveis de análise ao propor a reconstrução da identidade brasileira que inclui subverter os princípios que norteiam a política externa brasileira desde a redemocratização. Tendo isso em vista, o presente trabalho pretende explorar os impactos do anticomunismo enquanto componente ideológico central da política externa do governo Jair Bolsonaro, enquadrando-o dentro do arcabouço teórico-conceitual da literatura de política externa do Brasil, assim como seu impacto para as instituições democráticas em crise atualmente. Trata-se de uma revisão bibliográfica que visa classificar os períodos de ascensão do anticomunismo no Brasil como expressão cíclica de ruptura institucional, o bovarismo e contrarrevolução burguesa no regime de capitalismo tardio interligam tais períodos de auge do anticomunismo.

Palavras-chave: política externa brasileira; bolsonarismo; contrarrevolução; bovarismo.

ABSTRACT

The rise of the extreme right in the 2018 Brazilian elections is personified by the former federal deputy, Jair Messias Bolsonaro, the first president since redemocratization to openly defend the horror of the military dictatorship (1964-1985) – but, mainly, it is guided by the anti-communist ideological bias, which transcends the figure of the president himself and has deep roots in Brazilian society and political system. The originality of Bolsonarism in the 2018 elections triggered ruptures in Brazilian foreign policy at different levels of analysis by proposing the reconstruction of Brazilian identity, which includes subverting the principles that have guided Brazilian foreign policy since redemocratization. With this in mind, the present work intends to explore the impacts of anti-communism as a central ideological component of the foreign policy of the Jair Bolsonaro government, framing it within the theoretical-conceptual framework of Brazilian foreign policy literature, as well as its impact on democratic institutions in crisis today. This is a bibliographic review that aims to classify the periods of rise of anti-communism in Brazil as a cyclical expression of institutional rupture, Bovarism and bourgeois counter-revolution in the regime of late capitalism interconnect such peak periods of anti-communism.

Keywords: brazilian foreign policy; anticommunism; bolsonarism; counterrevolution; bovarism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O RESSURGIMENTO DO ANTICOMUNISMO NA POLÍTICA DOMÉSTICA E EXTERNA BRASILEIRA E SEU RISCO PAR AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1
1. RAÍZES HISTÓRICAS: O ANTICOMUNISMO E O BRASIL NO SÉCULO XX.4	
1.1 ERA VARGAS E DITADURA MILITAR-EMPRESARIAL, O AUGE DO ANTICOMUNISMO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	7
1.2 O BOVARISMO BRASILEIRO E O ANTICOMUNISMO, A CONTRARREVOLUÇÃO IMINENTE	9
2. O RETORNO DO ANTICOMUNISMO NAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013	12
2.1 A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL BRASILEIRA	16
2.2 O AMALGAMA DO ANTICOMUNISMO E ANTIPETISMO NA RETÓRICA DA EXTREMA DIREITA	19
3. ATORES POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA, ALA IDEOLÓGICA E PRAGMÁTICA?	22
3.1. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DA RUPTURA.....	27
3. 2 A POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA E O BOVARISMO.....	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

Introdução: O ressurgimento do anticomunismo na política doméstica e externa brasileira e seu risco par as instituições democráticas

A obra “18 de brumário de Luís Bonaparte” de Karl Marx (2011) fora escrita entre dezembro de 1851 e março de 1852 em Londres, o título é uma alusão ao que seria uma repetição histórica distorcida do 18 brumário original de Napoleão Bonaparte pelo seu sobrinho Luís Bonaparte, o encadeamento de eventos suicidados pela revolução de 1848 desencadearam na queda da monarquia e estabelecimento da república, a irrupção revolucionária fracassou através de um processo político eleitoral que elegera Bonaparte sobrinho como presidente da Segunda República em dezembro de 1848. Em dezembro de 1851 o presidente Bonaparte decretou estado de sítio ao invocar um preceito constitucional da nova república, a suspensão das garantias individuais e o ataque as lideranças populares marcaram o período que levou Marx a escrever sobre o estado de sítio francês dias depois do golpe. O arcabouço analítico desenvolvido por Marx no texto parte da premissa que a política seria a expressão de interesses de classes, no modo de produção capitalista haveria duas classes primordiais de interesses antagônicos, a burguesia e o proletariado, através desse arcabouço Marx antecipou a restauração da monarquia por Napoleão III em dezembro de 1852 e revelou a dinâmica da sociedade burguesa tardia.

O proletariado entra em cena no processo revolucionário de 1848, líderes populares que lutam por avanços sociais ganham força contra a monarquia, mas logo sua ação política sucumbe, desvirtuada pela burguesia que elege o “líder carismático” Luís Bonaparte como seu representante. A Segunda República é brevíssima, quando se vê diante da desordem a burguesia opta estruturalmente pela dissolução dos valores liberais, a república parlamentarista se revela como um aparato político burguês para o emprego de seus interesses de classe através do militarismo. Marx (2011, p.25) relaciona a ascensão política de Bonaparte I a Bonaparte III quando se refere ao pensamento histórico hegeliano e acrescenta “todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.”.

As ditaduras burguesas mais longevas do Brasil no século XX, Estado Novo e Ditadura Militar-Empresarial, foram justificadas pela ameaça comunista e manutenção da ordem capitalista. Entretendo, os movimentos comunistas no Brasil nunca tiveram condições políticas de protagonizar uma revolução socialista, cabe ressaltar que toda e qualquer oposição popular as forças golpistas é reduzida ao comunismo em tais regimes. O golpe de 1937 e 1964

suspenderam as garantias individuais e perseguiram as lideranças populares ascendentes no Brasil que não eram necessariamente comunistas, mas lutavam por avanços sociais como os movimentos por reforma agrária, direitos trabalhistas e democracia apoiados pela Aliança Nacional Libertadora nos anos 30 e as ligas camponesas, os revoltos marinheiros e os sindicalistas que organizaram o comício da central apoiados pelo o presidente trabalhista deposto João Goulart nos anos 60. Quando a burguesia brasileira se viu diante do despotismo ou avanços sociais protagonizados por movimentos populares optou estruturalmente pela dissolução dos valores liberais e implementação de um Estado deposita, a história se repetiu primeiramente como tragédia e depois como farsa. Na primeira vez como tragédia em 1937, quando a classe dominante elegeu o grande “líder carismático” Getúlio Vargas para estabelecer a ordem e conferir direitos sociais aos trabalhadores, depois como farsa em 1964, quando a classe dominante elegeu o já não tão carismático e pequeno Castelo Branco para estabelecer a ordem, mas já sem nenhum avanço social. Em ambos os casos os movimentos sociais participaram dos processos políticos por avanços sociais, mas logo sucumbiram durante os governos despóticos apoiados pela elite.

Em sua análise do golpe de 1964 o marxista Florestan Fernandes (1980, p.155) afirmou que “não estamos diante de uma revolução, mas de uma contrarrevolução (que, além do mais, é largamente planejada e programada), a qual se autoproclamou uma revolução”. Segundo Florestan Fernandes (1975) há momentos na história brasileira que o idealismo burguês precisa ser posto de lado, nesse caso a civilização seria deposta e as instituições liberais seriam diluídas em nome da conservação do modo de produção capitalista.

A dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991 marcou o fim da Guerra Fria, o autor liberal Francis Fukuyama (1992) estabeleceu que o capitalismo e a democracia liberal estadunidenses venceram o comunismo e autoritarismo soviético. os Estados Unidos eram a única potência hegemônica do mundo e um modelo para o resto dos países do globo. Em suma, o capitalismo e a democracia liberal estadunidense seriam o cume da evolução sociocultural humana e sua forma final de economia e governo. A retórica anticomunista enfraqueceu em um mundo sem URSS e conseqüentemente sem Guerra Fria, porém o anticomunismo ressurgiu no Brasil durante as Jornadas de Junho de 2013, grupos de extrema direita reduziram os avanços sociais durante o governo do Partido dos Trabalhadores ao comunismo.

Segundo Moreira (2020) o ressurgimento do anticomunismo no Brasil está relacionado com a crise da democracia liberal, cuja gênese está na ascensão de movimentos autoritários de extrema direita em 2013. Jair Messias Bolsonaro eclipsaria todos os anseios difusos dessa nova

onda de autoritarismo no Brasil ao se eleger presidente em 2018, a ascensão da extrema direita brasileiras é personificada pelo atual presidente com seu projeto político que almeja institucionalizar o anticomunismo na política interna e externa brasileira através de seus grupos ideológicos preocupados com a ascensão vermelha do marxismo cultural, globalismo e bolivarianismo. Jair Bolsonaro é o primeiro presidente desde a redemocratização que é apologista da tortura e defende abertamente o golpe militar-empresarial de 1964,¹ sua eleição em 2018 rompeu padrões estabelecidos em relação as seis eleições presidenciais passadas hegemônicas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ambos moderados. Com efeito, Bolsonaro propõe um retorno ao passado, quando ainda existia a Guerra Fria e o Brasil precisava ser salvo dos comunistas, os comunistas agora são os petistas e seu governo comunista que vigorara por 13 anos, não mais a ANL nos anos 30 ou os trabalhistas nos anos 60.

Talvez os grandes fatos e personagens da história não sejam encenados apenas duas vezes, primeiramente como tragédia e depois como farsa. Talvez haja uma terceira repetição, a patológica, o líder adoecido escolhido dessa vez seria Jair Bolsonaro que tenta subverter as instituições democráticas e conter os avanços sociais reformistas nos períodos petistas, a insurreição de extrema direita anticomunista elegeu Bolsonaro e alcançou o lugar de maior destaque nas eleições desde a Segunda Guerra Mundial. O bolsonarismo pode ser enquadrado como uma expressão do adoecimento psicológico da sociedade brasileira, o quadro clínico bovarista leva os enfermos ideólogos bolsonaristas a desconhecerem suas vicissitudes e idealizarem-se em algo que não são.

O presente trabalho está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Primeiro, são traçados os aspectos históricos do anticomunismo na política doméstica e externa brasileira durante a Era Vargas e Ditadura Militar-Empresarial, assim como a relação do anticomunismo com a teoria da contrarrevolução burguesa no regime de capitalismo tardio e do bovarismo brasileiro. Segundo, é situado o momento histórico do ressurgimento do anticomunismo na política doméstica brasileira do século XXI, cuja gênese está na ascensão de movimentos autoritários de extrema direita anticomunistas/antipetistas que elegeram Jair Bolsonaro em 2018, responsável pela crise das instituições democráticas brasileiras. Por fim, são apresentados os atores da política externa bolsonarista e as contradições da literatura recente em dividi-los entre pragmáticos e ideológico, o ressurgimento

¹ Oito vezes em que Bolsonaro defendeu o golpe de 64. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/oito-vezes-em-que-bolsonaro-defendeu-golpe-de-64-24949762>.

anticomunismo na política doméstica e externa brasileira com seus traços ideológicos contrarrevolucionários e bovaristas conduziram a subversão dos princípios de política doméstica e externa estabelecidos desde a redemocratização, as consequências do retorno do anticomunismo no Brasil se reverbera no isolacionismo do Brasil no continente sul-americano, bem como uma guinada radical na estrutura do Ministério das Relações Exteriores durante o governo Bolsonaro.

1. Raízes históricas: O anticomunismo e o Brasil no século XX

Erick Hobsbawn (1995) ao analisar o século XX parte da premissa que o seu início não consistiria propriamente entre o começo do ano 1901 e no fim do ano 2000. Sob uma perspectiva histórica o lapso temporal do século seria do estopim da Primeira Guerra Mundial em 1914 até o fim da era soviética em 1991. O breve século XX terminou com o esfacelamento de um mundo formado pelo impacto da Revolução Bolchevique de 1917, o fim da URSS também significou o desmoronamento de um mundo que dependia de sua presença para existir.

A Guerra fria protagonizada pelos dois grandes vencedores da Segunda Grande Guerra, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o Estados Unidos da América, ocorreu entre o lapso temporal do século XX e o marcou profundamente através do antagonismo entre comunismo e capitalismo. O anticomunismo, como expresso semanticamente pela presença do prefixo de oposição, nega os valores comunistas e conseqüentemente opõe-se aos grupos sociais orientados por esse modelo de sociedade que almeja destituir o Estado burguês e instituir o Estado socialista em via do comunismo.

O anticomunismo trata-se de um fenômeno que não se inicia no século XX, pois o comunismo e sua negação já existiam anteriormente, Karl Marx e Friedrich Engels, os principais pensadores comunistas nasceram e morreram no século XIX. Entretanto, Segundo Luciano Bonnet (1994, p.34) após a Revolução de Outubro o comunismo deixou de ser apenas um movimento organizado e difuso, transformou-se em uma alternativa política real em relação aos regimes capitalistas de sociedade, assim “o Anticomunismo assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional”. O anticomunismo é um fenômeno complexo, ideológico e político, precisa ser contextualizado de acordo com o momento histórico e pode ter cunho clerical, reacionário, fascista ou liberal.

De acordo com Bonet (1994) o anticomunismo pode se manifestar no plano internacional e interno, no primeiro os Estados anticomunistas contêm o influxo dos Estados

socialistas no sistema internacional ou interferem nos negócios internos de cada país afim de reprimir movimentos comunistas na região. Já no plano interno seu caso mais extremo é em regimes de extrema direita que toda e qualquer oposição popular é reduzida ao comunismo, nos regimes democráticos o anticomunismo depende da relevância do movimento comunista, quando este é relevante funciona como critério de discriminação para formação de coalizões, mas quando não o é se manifesta como:

componente fundamental da cultura política difundida, tendo, por isso, uma função importante na integração sócio-política e na legitimação do sistema (...). Revela-se por isso, extraordinariamente eficaz na prevenção ou isolamento de possíveis movimentos de oposição que se refiram, mesmo que genericamente, ao marxismo e às tradições comunistas. (BONET, 1998, pg.35)

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) oficializou-se em 1922, desde sua criação o partido exercia influência na luta dos trabalhadores que reivindicavam melhores condições de trabalho por vias sindicais ou autônomas, inclusive entre os militares. O anticomunismo assume valores mais profundos após a revolta comunista em novembro de 1935, segundo autores como Rodeghero (2002) seria o marco inicial do movimento anticomunista no Brasil formado principalmente por políticos, setores da Igreja Católica e das Forças Armadas. De acordo com a autora a partir desse momento o PCB passa por proibições de participação política e diversos dos seus integrantes são presos como o tenente Luiz Carlos Prestes, insurgente do tenentismo que marchara pelo interior do país reivindicando liberdade e democracia nos anos 20, um símbolo de resistência conhecido como “Cavaleiro da Esperança”, poucos meses depois da revolta comunista foi preso em 1936.

Sem embargo, autores como Carla Silva (2001) reconhecem o impacto da revolta comunista de 1935, mas traçam sua gênese nas campanhas anticomunistas empreendidas no Brasil entre 1930 e 1934. Quando a revolta comunista ocorreu já havido sido construído um imaginário anticomunista na política nacional através do aperfeiçoamento de práticas propagandistas ao longo do tempo, foram publicados e distribuídos no período centenas de livros, folhetos e artigos anticomunistas em revistas e jornais brasileiros que rapidamente se difundiam por todo país.

Isto posto, o anticomunismo habitou profundamente o imaginário brasileiro desde o início na década de 30, mas foi através da fabulação entorno da revolta comunista de 1935 que houve o pretexto para o fechamento do regime que transitaria do período constitucional para o Estado Novo, os comunistas se tornariam o inimigo número um do governo. Em 1937, foi

publicado na imprensa o Plano Cohen que relatava uma suposta insurreição judaico-bolchevique contra o governo Vargas, obra ficcional escrita anonimamente pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do estado maior das milícias integralistas. O material foi veiculado como verdadeiro e aderiu ao imaginário anticomunista da década, a despeito da fragilidade comunista e do fracasso em 1935, não passava de um pretexto para reprimir movimentos sociais opositores do regime que não eram apenas comunistas (PANDOLFI, 2004).

Outro grande marco do anticomunismo no Brasil foi o golpe militar-empresarial em 28 de março de 1964 contra o governo de João Goulart que teve efeito nefasto sobre todos movimentos democráticos. O pretexto para o golpe de 64 não seria um plano mirabolante datilografado por um integralista em um jornal, mas sim uma ação contra a legitimidade do governo constitucionalmente eleito de João Goulart, o herdeiro da tradição getulista. Segundo Rodrigo Motta (2020) Jango, como era conhecido popularmente, era o líder da ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cuja ideologia estava atrelada ao trabalhismo de Getúlio Vargas, contudo devido ao seu apoio aos sindicatos, a revolta dos marinheiros, sua participação no comício da central e outros acontecimentos que o aproximava das demandas dos trabalhadores vários setores anticomunistas da sociedade circularam a ideia de uma revolução comunista liderada por Jango. Na época o embaixador americano Lincoln Gordon enviara um memorando a Washington expressando sua preocupação em relação ao cenário político brasileiro:

Minha conclusão é que Goulart se acha agora definitivamente envolvido numa campanha para conseguir poderes ditatoriais, aceitando para isso a colaboração ativa do Partido Comunista Brasileiro e de outros revolucionários da esquerda radical. Se tiver êxito, é mais que provável que o Brasil ficará sob controle comunista, embora Goulart talvez se volte contra seus defensores comunistas adotando o modelo peronista, que, a meu ver, é do seu gosto pessoal (CORRÊA, 1977. p.20).

O movimento comunista torna-se heterodoxo nos anos 60 formando uma constelação na esquerda, com o estabelecimento da ditadura no Brasil mais uma vez os movimentos comunistas enfrentaram perseguições e foram proibidos de participar institucionalmente da política. Nessa década surgem diversos movimentos políticos que ao operar na ilegalidade optaram pela revolta armada em reação a perseguição como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), mas também correntes no PCB e do recente PCdoB criado em 1959 fruto de uma dissidência do PCB em um

contexto de reformas na URSS. Entretanto, nenhum desses movimentos representou uma ameaça real contra a ordem capitalista estabelecida que reduziu os movimentos revolucionários ao terrorismo (RIDENTI, 2010).

Durante o século XX o anticomunismo encontrou terreno fértil no Brasil, de meados da década de 30 até 80 o anticomunismo fez-se presente na política doméstica brasileira seja através da marginalização de suas organizações que diversas vezes passaram a ter status de ilegalidade ou pela perseguição direta aos comunistas e outros opositores dos regimes encarcerando-os e torturando-os. No final da década de 80 que acompanha o desmoronamento da era soviética que iria ter seu fim em 1991, os comunistas conquistam o direito político de disputar eleições presidenciais devido ao multipartidarismo da Constituição de 1988, as antigas tensões amenizaram-se com o fim da Guerra Fria e triunfo estadunidense. Portanto consideremos esses dois marcos para compreender o anticomunismo no Brasil: a revolta comunista de 1935 na Era Vargas e o golpe de 1964 no período da Ditadura Militar-Empresarial, assim como seus efeitos póstumos.

1.1 Era Vargas e Ditadura Militar-Empresarial, o auge do anticomunismo na política externa brasileira

O anticomunismo foi uma variável onipresente na política externa brasileira entre 1930 a 1985, com seu auge na Era Vargas e Ditadura Militar-Empresarial, ambos períodos autoritários, o Itamaraty institucionalizou o anticomunismo na política externa pelas políticas de informação e repressão ao comunismo. Foi criado o Serviço de Estudos e Investigação (SEI) na Era Vargas e o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) na Ditadura Militar-Empresarial, instrumentos indispensáveis para a repressão anticomunista no Brasil.

A primeira lei de segurança nacional: a Lei no 38, de 4 de abril de 1935, seria o prelúdio da transição do período constitucional para o Estado novo. Raphael Marques (2013) argumenta que a lei expressa as preocupações do governo em relação ao comunismo e seu ímpeto de combatê-lo ao propor um novo conceito do termo segurança nacional que influenciaria na construção da noção de crimes contra a ordem política e social. Nesse período houve uma ressignificação das práticas anticomunistas na política externa brasileira, o anticomunismo passa a ser instrumentalizado pelo governo de forma estratégica.

Em 1937 foi criado oficialmente pelo governo de Getúlio Vargas junto ao Ministério das Relações Exteriores a agência anticomunista (SEI). Segundo Margarida Nepomuceno

(2018, p. 177) seu objetivo central seria “dar suporte à política de combate à oposição, particularmente aos militantes partidários e sindicais e um grande facilitador para que os órgãos do governo monitorassem as conexões dos comunistas brasileiros”, um aparato institucional da diplomacia anticomunista formado por governos vizinhos diplomatas, políticos, além de outros burocratas ligados ao governo. A autora ressalta o memorial encaminhado pela Conselheira Odette de Carvalho do MRE ao ministro José Carlos de Macedo Soares no ano anterior, consta no documento os argumentos para a criação do (SEI), a agência seria uma forma do Itamaraty colaborar com governo para:

prevenção e repressão contra o comunismo, servindo-se de suas representações diplomáticas e consulares no estrangeiro com o intuito de providenciar (...) trabalhos de investigação, prestar informações ou esclarecimentos sobre a atividade de brasileiros, que na condição de exilados políticos ou de partidários da doutrina socialista representassem alguma ameaça aos rumos do governo (AHDI-RJ, Memorial,1937: 1-3).

De acordo com Nepomuceno (2018) o Memorial tem caráter doutrinário e educativo para os agentes do governo que trabalhariam em prol do ideal anticomunista. A (SEI) revelou o caráter ativista da diplomacia anticomunista brasileira ao articular pactos de defesa nacional com países vizinhos, firmar acordos para o combate efetivo aos comunistas na América do Sul que resultou em no rompimento das relações diplomáticas do Uruguai com a URSS em 1935 sob pressão do governo Vargas.

Destarte, os governos subsequentes ao período do Estado Novo ainda tinham elementos anticomunistas em sua política externa, mas na década de 60 o anticomunismo ascendeu novamente em proporções extremas. Em 1968 foi criado oficialmente pelo governo de Castelo Branco junto ao Ministério das Relações Exteriores a agência anticomunista (CIEEx), órgão do Itamaraty vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI). A agência mantinha relações diretas com o Exército, marinha e Aeronáutica, através das respectivas agências especializadas: o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). As agências citadas foram as mais atuantes na repressão contra o comunismo durante a Ditadura Militar-Empresarial espionando políticos e militantes contrários a ditadura exilados em países vizinhos, foram estabelecidos elos entre as agências que formavam uma grande rede anticomunista que contava com o apoio de regimes autoritários da região (FILHO, 2009).

De acordo com Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2012) a política externa do general Castelo Branco e seu ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, acabara por

subverter os princípios que regiam a Política Externa Independente anterior ao governo. Na suposta tentativa de abrir o Brasil para o mercado capitalista estrangeiro a autonomia brasileira em relação a divisão bipolar do sistema internacional e da hegemonia estadunidense tivera seu fim, uma política externa que presava pela neutralidade cedera lugar para uma ativa alinhada aos EUA e seus interesses anticomunistas na Guerra Fria. Esse conjunto de ações de alinhamento aos EUA é compreendida numa dimensão bipolar que:

Além de servir internamente, ao engendrar a noção de inimigo interno, de guerra civil, em que as Forças Armadas passaram a desempenhar as funções policiais, a bipolaridade foi tão relevante externamente, ao ponto de bastar-se como estratégia. Incorporou, com efeito, as categorias do ocidentalismo, da interdependência, da segurança coletiva, da aproximação com os Estados Unidos e da abertura econômica, de forma que se articulassem pela ideologia anticomunista e pela geopolítica. (...) Vasco Leitão da Cunha assimilou o ocidentalismo ao anticomunismo, enquanto Castello o referiu à “fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental”. A “opção básica” pelo Ocidente significava, portanto, o alinhamento brasileiro com o bloco do Oeste, em termos de relações prioritárias. (AMADO e CERVO, 2012, p. 395 e 396)

1.2 O bovarismo brasileiro e o anticomunismo, a contrarrevolução iminente.

O Bovarismo é uma teoria cunhada inicialmente pelo filósofo francês Jules de Gaultier (1892) no final do século XIX que se remeteria ao poder do homem de se ver diverso do que é, uma clara alusão a heroína trágica Emma Bovary do romance realista “Madame Bovary” de Gustave Flaubert. O bovarismo seria uma cegueira obstinada, a capacidade alienada do homem de pensar ser aquilo que não o é, desconsiderando as circunstâncias externas que o determina, como se fosse possível ignorar tudo que lhe é externo e viver numa realidade que simplesmente está descolada da realidade concreta.

Emma está muito longe do lugar comum que ocupa uma heroína literária do século XIX cheia de virtudes e nobreza, o que a caracteriza é seu exato oposto. Vive em uma cidade interiorana na França, inicialmente possuía vocação religiosa e estudava em um convento, mas abdica da vida religiosa quando começa a frequentar a biblioteca pública e cria o hábito da leitura de livros românticos, casara-se com um médico mediano de personalidade fleumática chamado Charles Bovary que conheceu ao frequentar sua casa. Surge então uma insatisfação afetiva e social, a angústia de uma mulher casada com um homem que não corresponde a seus

anseios e tem uma vida comum provinciana, ela se idealiza nas heroínas dos livros que lera na biblioteca vivendo uma vida de aventuras nos bailes das cortes. Na tentativa de se aproximar do sublime romântico Emma começa a ter aventuras sexuais com outros homens, em sua ingenuidade os homens que se relaciona podem leva-la a vivenciar o que lera nos livros, mas logo se depara com a realidade das relações e o que era sublime começa a se vulgarizar, a ponto do seu fim ser o suicídio ao tomar veneno para rato. (FLAUBERT, 2011)

O bovarismo seria validado não somente para indivíduos, mas também para nações que são incapazes de enxergar suas vicissitudes e idealizam-se em algo que não são. A noção de bovarismo é empregada por diversos autores como Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Prado, Lima Barreto, Celso Furtado, Paulo Eduardo Arantes e tantos outros que passam a relacionar Emma a nação brasileira. A psicanalista Maria Kehl (2018) entende o bovarismo como traço da psicologia social dos países da periferia do capitalismo, a sociedade brasileira compartilharia desse traço por integrar esse grupo de países ao se conceber diferente do que se é na realidade, no século XVIII a sociedade brasileira queria ser portuguesa, no século XIX queria ser francesa ou inglesa, no século XX em diante quer ter estadunidense. Aparentemente a angústia sofrida por Madame de Bovary também é sentida pela sociedade brasileira, segundo a autora:

Nas sociedades da periferia do capitalismo, que se modernizaram tomando como referência as revoluções industrial e burguesa europeias sem, no entanto, realizar nem uma nem outra, a relação com os ideais passa forçosamente pela fantasia de “tornar-se um outro”. Só que esse outro é, por definição, inatingível, na medida em que o momento histórico que favoreceu a modernização, a expansão e o enriquecimento dos impérios coloniais não se repetirá. O bovarismo dos países periféricos não favoreceu sua modernização; pelo contrário, sempre inibiu e obscureceu a busca de caminhos próprios, emancipatórios, capazes de resolver as contradições próprias de sua posição no cenário internacional – a começar pela dependência em relação aos países ricos (KEHL, 2018, p.31).

O bovarismo é a pedra angular para a compreensão do que significa o anticomunismo em um país como o Brasil situado na periferia capitalista sob a influência estadunidense desde o século XX. Todos os sistemas políticos ou econômicos que vigoraram no Brasil do período colonial até o presente momento são essencialmente estrangeiros, a sociedade brasileira cuja história é marcada pela concentração de riquezas e autoritarismo está em perpétua crise de identidade, como não consegue entender a condição brasileira acaba por declinar assim como Emma, uma mulher que ignora sua condição provinciana e pensa ser possível viver aquilo que lera nos livros sendo que essa não é sua realidade. O anticomunismo foi instrumentalizado por

regimes autoritários e foi pretexto para ditaduras duradouras no Estado Novo e Ditadura Militar-Empresarial, contrarrevoluções que visavam garantir a ordem social vigente ao proteger a propriedade privada e cercear direitos, qualquer movimento que clame por conquistas sociais, políticas e econômicas para os trabalhadores ameaçará a ordem burguesa brasileira que necessita da desigualdade para existir por ter laços indissolúveis com o período colonial onde o “eu” está deslocado no “outro” totalmente adverso.

Contrarrevolução da burguesia no regime de capitalismo tardio está interligado ao processo histórico brasileiro, essas ações reverberam-se em medidas autocráticas da classe dominante para defender a ordem do capital, segundo Florestan Fernandes (1975, p.296) nossa classe dominante “não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo”. Quando essa classe dominante se vê ameaçada executa um conjunto de ações políticas preventivas contrarrevolucionárias para barrar o crescimento do comunismo, mesmo que não seja uma ameaça factível já que de fato o comunismo nunca foi alternativa política real, mas sim um pretexto para perseguir os opositores políticos da classe dominante. A inteligência desse processo está atrelada a violência institucionalizada do Estado capitalista, para Florestan Fernandes (1975) há momentos na história brasileira que o idealismo burguês precisa ser posto de lado, nesse caso a civilização seria deposta e as instituições liberais seriam diluídas em nome da conservação do modo de produção capitalista, a classe dominante burguesa não está disposta a correr qualquer risco mesmo que mínimo, sua dominação conservadora sob as outras classes:

revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais, que explicam as ‘virtudes’ e os ‘defeitos’ e as ‘realizações históricas’ da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento (FERNANDES, 1975, grifos do autor, p.296).

O subdesenvolvimento e a dependência são dimensões da economia brasileira subordinadas a esfera internacional, a sociedade brasileira se origina no processo de universalização do capital integrado a esfera da acumulação primitiva, o que confere ao Brasil características econômicas distintas dos estadunidenses. De acordo com Florestan Fernandes (1982) burguesia brasileira teve suas:

raízes no nexos estrutural entre a escravidão e a acumulação primitiva de capital, que tem de recorrer ainda hoje a certas modalidades pré-capitalistas de acumulação e que não rompeu (e nunca tentou decisivamente romper), com os laços visíveis e invisíveis da dominação indireta (por via do mercado mundial ou, mais tarde, da internacionalização das formas de produção) não produz socialmente, dentro e através de suas situações de classe, o impulso coletivo para as grandes reformas (ou revoluções encadeadas) que colocam o desenvolvimento do capitalismo no clímax da história das civilizações. Mesmo que esse impulso se configurasse, psicológica, cultural e socialmente, ela não contaria com base material suficiente para convertê-lo em realidade (FERNANDES, 1982, p.108).

O bovarismo seria a patologia psicológica social da sociedade brasileira que sempre quis ser uma sociedade do centro capitalista ao mesmo tempo que é situada na periferia do capitalismo. O Brasil é um país subdesenvolvido de capitalismo dependente, produtor de mercadorias com baixo valor agregado que segue o modelo primário exportador, já os países do centro capitalista são desenvolvidos, produtores de mercadorias com alto valor agregado que seguem o modelo de exportação de produtos manufaturados. Dadas as devidas comparações com Emma Bovary, a natureza provinciana do Brasil o impede de desfrutar as aventuras românticas nas cortes reais, ao mirar o sublime do mundo desenvolvido acaba por vulgarizar-se, pois não é possível ser um país moderno sem se industrializar e dissolver seus laços com o passado colonial baseado na superexploração do trabalhado.

A fantasia de ser uma sociedade moderna está condenada a nunca se concretizar enquanto a conservação das estruturas sociais contrarrevolucionárias se perpetuarem na história. O comunismo é eleito como a principal ameaça para uma burguesia no regime capitalista tardio que está interessada em manter as estruturas sociais vigentes que a favorece, qualquer contestação a estrutura social brasileira é reduzida ao comunismo. Assim, a patologia bovarista ganha dimensões mais elevadas, pois não é possível que o Brasil chegue ao patamar dos países desenvolvidos sem interferir nas estruturas sociais, sem uma revolução social e industrial.

2. O retorno do Anticomunismo nas Jornadas de Junho de 2013

O declínio da era soviética iniciado no final dos anos de 1980 e consolidado em 1991 produziu mudanças profundas no sistema internacional marcado pela bipolaridade entre EUA e URSS. O autor liberal Francis Fukuyama (1992) estabeleceu que o capitalismo e democracia

liberal estadunidenses venceram o comunismo e autoritarismo soviético na Guerra Fria, os EUA eram a única potência hegemônica do mundo e um modelo para o resto dos países do globo. Em suma, o capitalismo e a democracia liberal estadunidense seriam o cume da evolução sociocultural humana e sua forma final de economia e governo.

Tanto para Hegel quanto para Marx a evolução das sociedades humanas não era ilimitada. Mas terminaria quando a humanidade alcançasse uma forma de sociedade que pudesse satisfazer suas aspirações mais profundas e fundamentais. Desse modo, os dois autores previam o ‘fim da História’. Para Hegel seria o estado liberal, enquanto para Marx seria a sociedade comunista. (...) Dos diferentes tipos de regimes surgidos no curso da história da humanidade, desde monarquias e aristocracias até as teocracias religiosas e as ditaduras fascistas e comunistas deste século, a única forma de governo que sobreviveu intacta até o fim do século XX foi a democracia liberal (FUKUYAMA, 1992, p. 12 e 80).

A chegada do século XXI simboliza o nascimento de novos fenômenos sociais que apenas podem ser compreendidos através da sobreposição de lentes contemporâneas e passadas, o anticomunismo ressignificou-se em um mundo pós-Guerra Fria onde reina a ideia de um triunfo do capitalismo sobre o comunismo. A revolução digital no fim dos anos noventa influencia diretamente o novo século marcado pela amplitude da informação via internet, o material anticomunista que antes era veiculado por jornais, revistas, cartazes físicos conquistam o mundo virtual e aumentam sua amplitude.

Andrew Keen (2009) ao analisar o século XXI ressalta o crescimento do culto ao amadorismo no ambiente virtual e interpreta o surgimento dessa nova forma de conhecimento como responsável por enfraquecer as mídias tradicionais, a evolução da web como plataforma gerou uma difusão muito maior de conhecimento produzido por amadores, sem que houvesse um critério e envolvesse profissionais da informação. Há uma clara dificuldade da sociedade pós-moderna em lidar com toda a informação a qual é bombardeada diariamente e transformá-la em conhecimento sólido. Em consequência disso, surge uma extrema desconfiança por parte da população sobre a informação circulada pelas mídias tradicionais que entregam uma informação mais plástica dos eventos, enquanto mídias alternativas satisfazem os anseios do seu nicho específico. Quem consome o conteúdo virtual é encarregado de um papel muito mais importante, pois nessa lógica exige-se maior senso crítico por parte de quem recebe a informação.

Se no início do século XX foi preciso a publicação do Plano Cohen em um jornal conceituado, o capitão Olímpio Mourão Filho para sua redação anônima e depois a divulgação nas rádios alertando sobre a insurgência judaico-bolchevique. No século XXI qualquer cidadão pode ser o capitão Olímpio Mourão Filho e publicar de forma amadora em plataformas digitais como Twitter e Youtube seu material anticomunista, qualquer um com acesso à internet pode criar e viralizar uma propaganda anticomunista.

No plano de relações digitais as redes sociais possuem poder de propagação de ideias e favorecem o espontaneísmo nas mobilizações políticas, seu alcance pode ser observado em manifestações ao redor do mundo como a primavera árabe cujo os manifestantes foram mobilizados a partir de redes sociais e geraram uma reação em cadeia na região, protestos tunisianos inspiraram outras manifestações que sucederam uma série de outros protestos na região que foram responsáveis por destituir governos estáveis por décadas.² Jorge Machado e Richard Miskolci (2019) analisam que a concentração de internautas em poucas plataformas acentua oposições binárias e consensos polarizados, assim as redes sociais podem desempenhar um papel de polarização política na sociedade. Nesse novo cenário os autores consideram as Jornadas de Junho como ponto de inflexão que interferiu na gramática moral em que ocorre as movimentações políticas no Brasil.

As jornadas de junho começaram no dia 6 de junho de 2013, na cidade de São Paulo, devido ao aumento de 20 centavos na passagem de ônibus. O movimento surgiu inicialmente pela ação de uma frente de mobilização política sem uma linha política definida, o MPL (Movimento Passe Livre), um grande contingente de pessoas identificaram-se com a pauta e ocuparam as ruas, à medida que o movimento pelos 20 centavos crescia outros grupos de orientações ideológicas divergentes começaram a fazer parte das passeatas que gradualmente deixaram de ser apenas uma indignação em relação ao transporte público em São Paulo. O Brasil inteiro assistiu o que estaria acontecendo em São Paulo, os protestos se espalharam por todo o país com um sentimento de indignação coletiva que criava um elemento de coesão entre os participantes do protesto, organizados de forma espontânea pelas redes sociais os manifestantes possuíam anseios difusos (MACHADO e MISOLCI, 2019, p.955).

As manifestações foram divididas em atos, inicialmente vistas como um grupo de vândalos por setores das grandes mídias como a Veja por conta das depredações realizadas pelo movimento, mas logo também os representantes das mídias tradicionais viraram alvos dos

² O que foi e como terminou a Primavera Árabe? Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>

manifestantes que levou inclusive a emissora globo a cobrir as manifestações sem sua conhecida logo no microfone³. No dia 16 de junho foi publicado na influente revista Veja São Paulo a matéria “Um protesto por dia, quem aguenta?”⁴ dos jornalistas João Batista. e Juliana Deodoro (2013) que revelava a opinião da revista sobre os revoltados que se manifestavam "sempre nas artérias principais da cidade, para chamar atenção, causando a maior balbúrdia possível e prejudicando um incalculável número de cidadãos que não consome drogas, trabalha oito horas por dia, não desfruta de imunidade sindical”.

Logo depois do sexto ato em São Paulo, houve uma reunião entre o governador Geraldo Alkmin e o prefeito Fernando Haddad, no dia 19 de junho, para anunciar o recuo no aumento da passagem. No dia 21 de junho o MPL-SP, declarou que não convocaria novas manifestações na cidade e criticou a ação do novo movimento emergente, que se autodeclarava sem partido e que teriam sido hostis a manifestantes ativistas com pautas partidárias, desrespeitando o espaço democrático⁵. Isto posto, o MPL deixara um vácuo e logo as manifestações passaram a ser lideradas por grupos mais à direita no espectro político, houve uma maior dimensão midiática e participação mais ativa de artistas populares, os manifestantes saíam as ruas com roupas verde e amarelo da bandeira, historicamente usadas pela direita, clamando pelo impeachment da então presidenta Dilma Rousseff do PT (MACHADO e MISOLCI, 2019, p.955).

Desde o surgimento da internet como rede comercial grupos mais extremos do espectro político encontram um meio para propagar suas ideias através das plataformas virtuais que foram amplamente instrumentalizadas por essa nova onda conservadora. De acordo com Machado e Misolci (2019, p.948) haveria uma evidente relação entre “as pautas conservadoras de grupos como Movimento Brasil Livre (MBL), Endireita Brasil, Instituto Millenium, Vem pra Rua e Revoltados Online com ideólogos que há cerca de duas décadas propagavam seu ideário por meio das TICs”. Assim, os movimentos conservadores surgem como representantes do agrupamento que se auto intitulava “sem partido” e que se vestiam de verde e amarelo com pautas de cunho liberal, apoiando privatizações e nutridos pelo antipetismo germinado em junho de 2013. As reivindicações eram diametralmente opostas as reivindicações do MPL,

³ Globo e Veja viram alvo de manifestantes em novo ato em SP. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/globo-e-veja-viram-alvo-de-manifestantes-em-novo-ato-em-sp,2ec2fe174395f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>

⁴ Um protesto por dia, quem aguenta? Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/protestos-aumento-passagem-sp/>

⁵ MPL diz que não convocará novos protestos em São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/mpl-diz-que-nao-convocara-novos-protestos-em-sao-paulo.html>

que tinha como centro da militância o objetivo de garantir serviços públicos gratuitos e de qualidade.

O sentimento de antipetismo protagonizado pelos conservadores foi a tônica das manifestações, tornou-se viral nas redes sociais as críticas ao PT e surge uma nova cultura comunicacional que mudaria a gramática moral da política através da hostilidade contra movimentos progressistas na internet. Os grupos “sem partido” têm papel crucial no processo mobilização social para impeachment contra a presidenta Dilma em 2016, apoiando o seu vice Michel Temer logo em seguida. Os líderes dos movimentos “sem partido” filiam-se a partidos de direita e conseguem feitos como o do MBL em eleger seus principais representantes nas eleições de 2018⁶, o que era amorfo toma forma de direita conservadora anticomunista que age contra movimentos sociais.

2.1 A crise da democracia liberal brasileira

Segundo Moreira (2020) o ressurgimento do anticomunismo no Brasil está relacionado com a crise da democracia liberal, cuja gênese está na ascensão de movimentos autoritários de extrema direita em 2013. Jair Bolsonaro eclipsaria todos os anseios difusos dessa nova onda de autoritarismo no Brasil ao se eleger presidente em 2018 com seu projeto político que almeja institucionalizar o anticomunismo na política interna e externa brasileira através de seus grupos ideológicos preocupados com a ascensão vermelha do marxismo cultural, globalismo e bolivarianismo.

Considerando as últimas eleições de 2018 e o mandato do atual presidente da República Jair Bolsonaro, Abranches (2021) nota uma remodelação político-partidária no Brasil e alerta sobre os riscos que as instituições democráticas enfrentam. Sérgio Abranches (2018) ao analisar a Terceira República do Brasil, iniciada a partir da Constituição Federal de 1988 até os dias de hoje, ressalta dois componentes do nosso sistema político de extrema relevância: o presidencialismo e a coalizão. Os dois se interligam e formam o que o autor intitula de presidencialismo de coalizão, arranjo político capaz de conter possíveis excessos dos chefes do Executivo, ao mesmo tempo em que previne as posições extremadas através de uma relação entre os Poderes Executivo e Legislativo responsáveis por forçar os chefes do Executivo a buscarem uma aliança multipartidária entre os parlamentares do Legislativo. Abranches (2018, p. 77) entende a coalizão na Terceira República como “uma espécie de acordo prévio, pelo qual

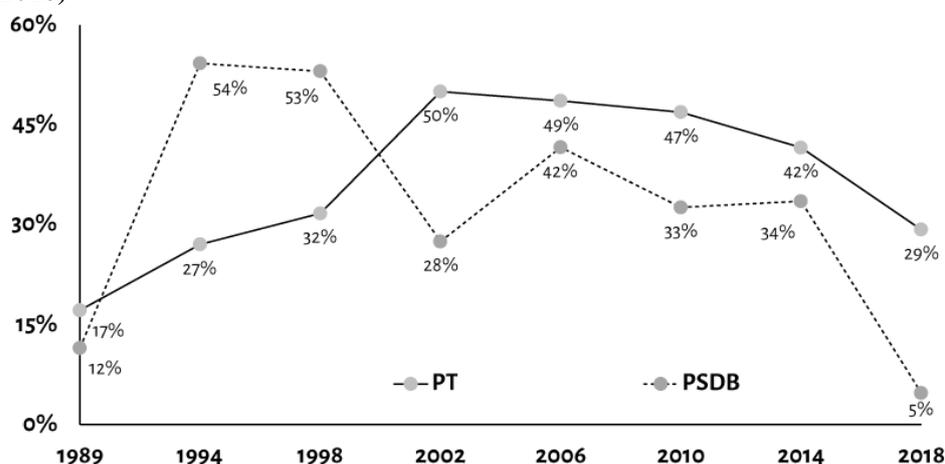
⁶ BR18: a bancada do MBL. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/ao-vivo/eleicoes-2018-primeiro-turno/703424>

os partidos se dispõem a apoiar os projetos do Executivo, sob determinadas condições, a serem negociadas no momento da discussão e votação de cada um”.

Segundo Abranches (2021) Bolsonaro se elegeu com pautas ultraconservadoras e reacionárias, consonante a retórica de outras lideranças internacionais como o presidente estadunidense Donald Trump, firmou aliança em uma coalizão minoritária no congresso e demonstrou ser um negacionista em relação à pandemia de Covid-19. Devido a uma confluência de crises como a sanitária, econômica e política, iniciou-se uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que pretendia investigar possíveis erros e omissões do governo na condução de uma pandemia que já ceifou centenas de milhares de vidas. A CPI surge como uma força contestatória no congresso em relação às ações governistas de um presidente de aspirações autoritárias, que força as instituições ao máximo e cujas ações geram mais crises do que soluções.

O referencial de análise do autor é o presidencialismo de coalizão e a partir dele identifica dois planos de ruptura nas eleições de 2018 que podem ser verificados desde o primeiro turno. O primeiro plano, como é ilustrado no gráfico 1, revela que do ano de 1994 até 2014 PSDB e PT acumulavam entre 75% e 81% dos votos presidenciais no primeiro turno, em 2018 entraram em queda vertiginosa alcançando apenas 34%. Ambos foram derrotados por Jair Bolsonaro, candidato do Partido Social Liberal (PSL) até então de baixa relevância política e estrutural para concorrer à presidência, porém chegou a eleger a segunda maior bancada da Câmara com 52 deputados. A extrema direita brasileira alcança o lugar de maior destaque nas eleições desde a Segunda Guerra Mundial e integra uma corrente política internacional de agenda ultraconservadora organizada na Europa e EUA (ABRANCHES, 2021).

Gráfico 1 – Eleições Presidenciais 1º Turno – Porcentagem de votos obtidos por PT e PSDB (1989-2018)



Fonte: TSE, elaborado por Sérgio Abranches (2021)

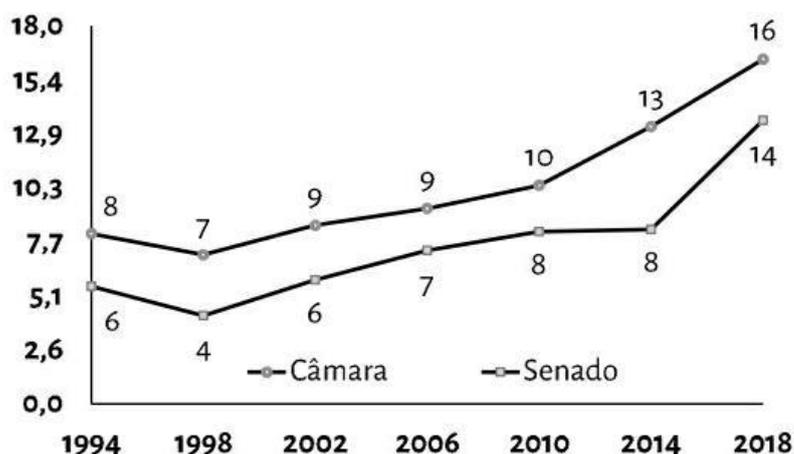
No segundo plano de ruptura, é possível verificar que o antigo modelo partidário ruiu, como está indicado no Quadro 1, os cinco maiores partidos nas primeiras quatro eleições ocuparam entre 67% e 79% das vagas da câmara, devido ao processo de formação de coalizões majoritárias no congresso. Nas três eleições subsequentes, o G5 partidário decresce de 59% a 41% no número de cadeiras na câmara, nas eleições de 2018 o processo de desalinhamento partidário já está consolidado (ABRANCHES, 2021).

Quadro 1 – Realinhamento Partidário Câmara dos Deputado – Número de deputados dos cinco maiores partidos em cada legislatura (1994-2018)

Partidos	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
PMDB/MDB	107	83	75	89	79	66	34
PFL/DEM	89	105	84	65	43	22	29
PSDB	63	99	70	66	53	54	29
PPR/PPB/PP*	51	60	49	41	41	36	37
PT	50	59	91	83	88	70	56
PSD	0	0	0	0	0	37	34
PSL	-	1	1	0	1	1	52
% G5	70%	79%	67%	67%	59%	51%	41%
Tamanho Médio das bancadas por partido	72	81	74	69	61	53	43

Fonte: Câmara dos deputados, elaborado por Sérgio Abranches (2021). As áreas em cinza representam que o partido está tem uma das cinco maiores bancadas

Gráfico 1 – Índice de Fragmentação - Partidária Câmara e Senado



Fonte: TSE, elaborado por Sérgio Abranches (2021)

No gráfico 1 é possível verificar o crescimento gradual da fragmentação partidária, caracterizada pelo crescimento da rejeição aos partidos tradicionais e diminuição de amplitude das coalizões passam a ser menos amplas. Abranches (2021) conclui que as eleições de 2018 foram disruptivas, o ciclo que começara na redemocratização já se exauriu, o eixo partidário-eleitoral dos 24 anos passados está em processo de desalinhamento e provavelmente entrará em realinhamento, a antiga relação entre governo e oposição está se reconfigurando. O quadro de incertezas só aumenta na transição do sistema partidário passado para o novo que possui interferência direta da extrema direita anticomunista do presidente Bolsonaro, que desafia recorrentemente as instituições democráticas.

A CPI representou a principal ameaça para base governista por investigar as contínuas omissões do Presidente em relação à pandemia, através da reunião de provas documentais pode-se chegar à conclusão de um possível crime de responsabilidade e conseqüentemente dar sequência ao procedimento de impeachment.⁷ Bolsonaro reagiu deslegitimando instituições democráticas e organizando manifestações de cunho autoritário e saudosista do período miliar no dia 7 de setembro de 2021, cujo intuito foi fechar o Supremo Tribunal Federal e instaurar o voto impresso por não reconhecer legitimidade nas urnas eletrônicas que o elegeram.⁸

2.2 O amalgama do anticomunismo e antipetismo na retórica da extrema direita

A palavra comunismo sofre um processo chamado saturação semântica ao ser empregado de inúmeras formas em contextos dispares e sentidos variados. O anticomunismo gera um processo de esvaziamento semântico da palavra comunismo ao utilizá-lo como jargão político ofensivo, cabe lembrar que o comunismo foi um termo em disputa por vários pensadores no passado como Fourier, Owen e Saint-Simon, mas foi Marx e Engels que deram a esse conceito dimensão concreta ao atrelá-lo ao materialismo histórico dialético que influenciou as revoluções comunistas do século XX, nas palavras do jovem Marx (1975, p. 192) o comunismo seria a extinção das classes sociais, “a superação (Aufhebung) positiva da propriedade enquanto auto-alienação humana e, deste modo, a real apropriação da essência

⁷ CPI da Covid: o que pode acontecer com Bolsonaro após a divulgação do relatório. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58990125>

⁸ 7 de Setembro: Bolsonaro faz Brasil parecer república das bananas, diz analista dos EUA. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58485310>

humana pelo e para o homem”. Segundo Giusirppe Bedesch (1998) o comunismo marxista é essencialmente fundamentado na organização industrial do mundo moderno, diferencia-se em relação as outras formulações comunistas anteriores por não ser uma condenação moralista da sociedade burguesa, pois enquadra a sociedade burguesia em um processo histórico objetivo e a situa-a como a superação das civilizações anteriores, por conseguinte preconiza a sociedade comunista como a superação da capitalista ao subverter as relações sociais burguesas mantendo a capacidade produtiva capitalista sem a burguesia como classe dominante.

O comunismo nunca foi uma alternativa real na política brasileira, nunca houve uma organização factual para uma revolução socialista capaz de destituir o poder vigente burguês, diferentemente do seu vizinho latino-americano Cuba e outros países ao redor do globo que protagonizaram revoluções e implementaram governos comunistas, no Brasil o comunismo nunca passou de um sonho de poucos. A ameaça comunista sempre foi superestimada e serviu de pretexto político para quebra da institucionalidade liberal em 1937 e 1964, as duas ditaduras longevas foram instauradas no Brasil para salvar a população de uma ameaça comunista inexistente.

Para Florestan Fernandes (1975) a experiência histórica concreta demonstra que há momentos críticos no Brasil como em 1964 em que a classe dominante brasileira se encontrou acuada e precisou pôr o idealismo burguês de lado, sua inflexibilidade em relação a quaisquer avanços sociais leva-a empregar violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados. De fato, não é preciso propriamente que haja um projeto comunista marxista organizado que tenha condições reais para destituir a ordem estabelecida, basta que seus interesses privados sejam ameaçados, um conjunto de medidas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento são levadas a cabo para manter a ordem, de acordo com o autor:

Isso nos coloca, certamente, diante do poder burguês em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou possível e necessária graças ao seu estado de paroxismo político. Um poder que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva. (FERNANDES, 1975, grifos do autor, p.297).

Os governos petistas deixaram um legado após 13 anos assumindo a presidência da república com Lula e sua sucessora Dilma, o Brasil apresentou saldo positivo em relação ao

governo anterior de FHC em indicadores internacionais como PISA, Gini, IDH e PIB.⁹ Os governos do PT simbolizaram avanços sociais reformistas relativos à educação, igualdade social, combate à fome e pobreza. Com efeito, Motta (2018) ressalta que o anticomunismo volta a ocupar lugar central no debate político brasileiro transfigurado como antipetismo, o discurso antipetista/anticomunista afirma a relevância histórica do tema e a sua potencialidade de incendiar a imaginação da direita. O governo petista operou dentro das institucionalidades liberais, suas políticas sociais liberais o distanciam do comunismo o que não impediu que fosse instaurado o medo em grupos conservadores no Brasil que acusavam o PT de comunismo.

Em suma, esse amálgama entre anticomunismo e antipetismo contribuiu de forma destacada para formação da atual onda direitista (naturalmente, não se está sugerindo que seja a única explicação) que, além de ter papel preponderante no impeachment do governo Rousseff, estimulou a constituição de uma candidatura de extrema-direita viável eleitoralmente, pela primeira vez na história do Brasil. Além disso, o clima de repulsa à esquerda entre as elites econômicas, políticas e judiciárias pode ter contribuído também para a adoção de polêmicas decisões no processo judicial contra um ex-presidente que figurou nas pesquisas como o candidato mais popular para o pleito de outubro de 2018. (MOTTA, 2019, p.20)

Segundo Motta (2018) a chave para a compreensão da nova onda conservadora no Brasil seria o diálogo que esta estabelece com a tradição anticomunista do século passado mesclada com o emergente antipetismo. O petismo e comunismo seriam então indiferenciáveis, o novo perigo comunista iminente que ameaça o capitalismo brasileiro, os grupos de extrema direita que surgiram na segunda década do século XXI são efetivamente anticomunistas e antipetistas. A estratégia desses grupos consiste em disseminar o sentimento de pânico em relação ao perigo vermelho petista/comunista que se insurgiria numa ditadura facilitando assim a união entre as diferentes tendências dentro da direita. Além disso, parte da estratégia de ação política seria a criação de uma imagem superlativa da ameaça vermelha petista exagerando a real força da esquerda e mistificando sobre seus projetos reais políticos.

A ascensão da extrema direita é acompanhada por uma produção intelectual anticomunista pretensamente científica criada por youtubers e escritores brasileiros como Olavo de Carvalho, um expoente no pensamento conservador bolsonarista que acusa os governos petistas de implementar o marxismo cultural no país. O estadunidense William S.

⁹ O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru

Lind (2004) é um dos pensadores anticomunistas popularizados no Brasil através de Carvalho, o responsável pela disseminação do “marxismo cultural” no Brasil, na definição de sua referência intelectual o marxismo cultural seria (SILVA, 2021):

“Political Correctness” is in fact cultural Marxism – Marxism translated from economic into cultural terms. The effort to translate Marxism from economics into culture did not begin with the student rebellion of the 1960s. It goes back at least to the 1920s and the writings of the Italian Communist Antonio Gramsci. In 1923, in Germany, a group of Marxists founded an institute devoted to making the translation, the Institute of Social Research (later known as the Frankfurt School). One of its founders, George Lukacs, stated its purpose as answering the question, “Who shall save us from Western Civilization?” The Frankfurt School gained profound influence in American universities after many of its leading lights fled to the United States in the 1930s to escape National Socialism in Germany. (LIND, 2004, p.5)

Segundo Wellington Silva (2021) a teoria do marxismo cultural foi formulada em um ambiente sem validação acadêmica e não possui valor epistemológico, em sua conceitualização não há estruturas histórico-conceituais que justifiquem seu emprego teórico. O culto ao amadorismo nas redes sociais favorece popularidade de teorias pretensamente científicas como é o caso do marxismo cultural, amplamente difundido em redes sociais vinculadas ao bolsonarismo. O marxismo cultural petista que ameaça a população brasileira com o politicamente correto não é uma tradução do marxismo econômico em marxismo cultural, é tão real quanto a insurreição judaico-bolchevique do Plano Cohen, mais uma vez na história teorias conspiratórias são veiculadas pela extrema direita para justificar a ameaça comunista que não passa de uma ilusão perniciosa.

3. Atores política externa bolsonarista, ala ideológica e pragmática?

Em sua análise dos atores que integram a política externa de um país, Margaret e Charles Hermann (1989) pressupõem uma unidade de decisão final, ou seja, um conjunto de autoridades cujos interesses prevalecem em relação a outro conjuntos de autoridades, por conseguinte, comprometem os recursos estatais tendo como base seus interesses específicos. A unidade de decisão final é a pedra angular da política externa de determinado governo e sua estrutura, dividem-se em três tipos principais:

1. Predominant Leader. A single individual has the power to make the choice and to stifle opposition.

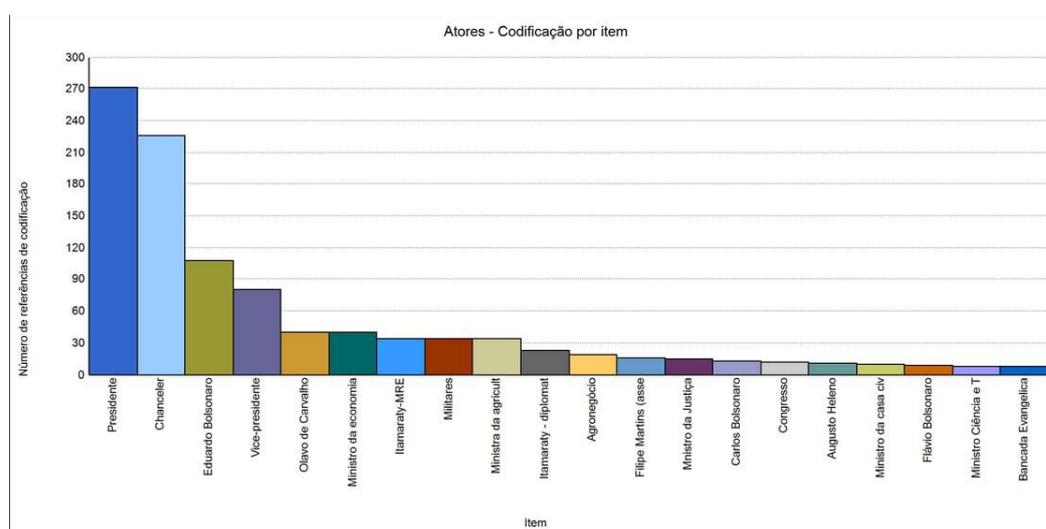
2. Single Group. A set of individuals, all of whom are members of a single body, collectively select a course of action in face-to-face interaction and obtain compliance.

3. Multiple Autonomous Actors. The necessary actors are separate individuals, groups, or coalitions which, if some or all concur, can act for the government, but no one of which by itself has the ability to decide and force compliance on the others; moreover, no overarching authoritative body exists in which all the necessary parties are members (HERMANN E HERMANN, 1989, p. 363-364).

Miriam Saraiva e Álvaro Silva (2019) partem desses pressupostos teóricos e argumentam a existência de múltiplos atores autônomos que disputam influência na política externa de Jair Bolsonaro, tais atores podem ser divididos em dois grandes grupos que se contrapõem de acordo com o predomínio da defesa de interesses pragmáticos ou ideológicos. O grupo ideológico tem como núcleo os olavistas, influenciados pelos escritos de Olavo de Carvalho, como o chanceler Ernesto Araújo e Eduardo Bolsonaro. Já no grupo dos pragmáticos estão em maior medida os militares e atores domésticos, como o presidente Hamilton Mourão e representantes dos setores da economia.

Portanto, os atores envolvidos na política externa vão além dos formais estabelecidos na a Constituição Federal de 1988 como o presidente da República e o Ministério de Relações Exteriores, parte dos atores não formais dos dois grupos podem ser vistos no gráfico abaixo criado por Mesquita¹ que busca identificar os atores da política externa brasileira através do número de vezes que são citados na imprensa. Portanto, os atores envolvidos na política externa vão além dos formais estabelecidos na a Constituição Federal de 1988 como o presidente da República e o Ministério de Relações Exteriores.

Gráfico 1 – Atores citados pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo



Fonte: MESQUITA, Bárbara.¹⁰

Segundo Saraiva e Silva (2019), a dinâmica estabelecida na disputa de poder entre esses dois grupos ocorre através de declarações polêmicas dos ideológicos que são apaziguadas pelas ações dos pragmáticos. As palavras do grupo ideológico geram perdas concretas para o grupo pragmático, principalmente na econômica, e preveem que quanto maior o impacto sofrido pelos atores domésticos que são apoio um indispensável para o governo, maiores são as chances de o pragmatismo ampliar seu poder decisório.

Com efeito, há uma diferenciação evidente dos atores da política externa bolsonarista, entre aqueles que assumem as perdas econômicas concretas em nome da ideologia bolsonarista e os que assumem parcialmente. Entretanto, é um equívoco dividi-los entre pragmáticos e ideológicos pois ambos são extremamente ideológicos apesar de haver uma ala ideológica com traços pragmáticos. A política externa bolsonarista representa uma ruptura em relação a todos os governos anteriores justamente pelos seus elementos ideológicos.

O viés neoliberal econômico supostamente pragmático do governo de Jair Bolsonaro também é ideológico, um dos representante da ala ideológica com traços pragmáticos é o Ministro da Economia, Paulo Guedes, um economista formado na Universidade estadunidense de Chicago reconhecida mundialmente pelo impulsionamento de um programa econômico ultraliberal no Chile¹¹, durante o período da ditadura chilena de Augusto Pinochet, que ficou marcada por medidas econômicas de privatização de empresas estatais e pela redução do papel do estado no fomento das políticas públicas. Esse viés neoliberal do governo brasileiro veio acompanhado de algumas posturas distintas em termos de políticas externa, como um distanciamento com os países do Mercosul e um maior alinhamento com os Estados Unidos. Em seus discursos infamados antipetistas durante as eleições Bolsonaro afirmou que os aspectos econômicos do Brasil não seriam mais ideológicos e levariam em consideração o interesse nacional, o livre mercado e a eficiência, mas como é evidente uma política econômica ultraliberal propagada por uma universidade estadunidense também é ideológica.¹²

Dentre os ideológicos mais radicais que estão na ala dos que assumem perdas econômicas concretas em nome da ideologia bolsonarista está o diplomata Ernesto Araújo, o

¹⁰ – Atores da Política Externa Brasileira do Governo Bolsonaro. Da Eleição em Outubro/2018 a Maio/2019. Rio de Janeiro: sEmic, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Pôster de Iniciação Científica 28va. A pesquisa foi feita entre a eleição de Bolsonaro e 31 de maio de 2019 com os jornais Folha de S. Paulo e O Globo.

¹¹ Rocío Montes (2018) apresenta com mais detalhes o laço de Paulo Guedes com os “Chicago boys” do Chile de Pinochet. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012_110097.html

¹² Idem.

canalizador dessa guinada ideológica na política externa brasileira. Até 2018 fora apenas um diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, pouco influente perante a instituição ao qual trabalhava, um Ministro de Segunda Classe, dessa forma nunca chefiou missão brasileira alguma no exterior. Entretanto, no ano eleitoral de 2018 ocorreu algo inusitado mudara os rumos da sua trajetória no Itamaraty, o diplomata participou abertamente da campanha de Jair Bolsonaro publicando em seu blog Metapolítica¹⁷¹³ textos a favor do candidato. Inusitado, pois é tradição entre os diplomatas brasileiros se escusarem de participar do debate político-eleitoral. (MAGALHÃES, 2019)

O voraz leitor de Olavo de Carvalho no Itamaraty foi nomeado para assumir a pasta de Ministro das Relações Exteriores do Brasil em primeiro de janeiro de 2019, sua gestão durou até março de 2021, seria Ernesto o porta-voz da reconstrução identitária do Brasil no exterior. A metapolítica externa de Araújo está preocupada com o choque das civilizações e o esfacelamento da civilização Ocidental num cenário internacional de globalismo multiculturalista e marxismo cultural. Segundo Ernesto Araújo (2017, p.347) os “EUA defenderam o Ocidente do comunismo e acharam que, quando o comunismo acabou, estava feito o trabalho, fim da história. Mas nada acabou. A partir dos anos 90 foi -se vendo que o niilismo (alimentado pelo marxismo cultural) tinha-se substituído ao inimigo comunista.” O novo inimigo do Ocidente não é mais a URSS, mas sua prole niilista, globalista e marxista cultural. O autor reivindica o presidente estadunidense Donald Trump como líder mundial na defesa civilizacional do verdadeiro Ocidente que não é centrado a partir da doutrina econômica e política liberal, mas sim no nacionalismo que resgata o passado simbólico das nações Ocidentais e anseia por Deus, pois Deus agiria na história pelo Ocidente.

Segundo Araújo (2017, p.355) quando Donald Trump diz “We want God” isso significa que “Esse ‘nós’ que precisa desesperadamente de Deus, esse ‘nós’ que apenas um Deus pode salvar, não é senão o Ocidente.” De acordo com o autor a política externa de Donald Trump propõe o multilateralismo civilizacional, um novo sistema internacional em que os Estados Soberanos nacionalistas se relacionariam num pan-nacionalismo, sendo o Brasil parte do ocidente. Dadas as comparações o líder nacionalista do Brasil nesse novo cenário de pan-nacionalismo seria Bolsonaro com seu “compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” (BRASIL, Jair Bolsonaro, 2019), não por acaso o lema bolsonarista está

¹³ Segundo David Magalhães (2020) o conceito de metapolítica é entonado principalmente pela *nouvelle droite* francesa, a metapolítica reflete a busca pelo conhecimento comum à civilização ocidental de ordem metafísica e transcendente. O número 17 que acompanha refere-se ao número de Bolsonaro nas eleições.

intricadamente ligado ao lema trumpista, o que evidencia um alinhamento do bolsonarismo ao trumpismo, ambos clamam para que Deus salve o Ocidente.

Apesar de formular ideologicamente uma política externa ultranacionalista de extrema direita o autor olavista reforça que não é chauvinista, racista, xenófobo dentre outros atributos de possíveis equívocos que possam partir através do contato com sua visão de mundo. Discurso esse que não é novidade entre os olavistas que inclui o próprio presidente Bolsonaro, mas tem seu ápice com o ex-secretário da cultura Roberto Alvim que ao ser acusado de fascista por seus opositores ao imitar o discurso do ministro da Propaganda de Hitler, Joseph Goebbels, respondera em suas redes sociais “JAMAIS o faria. Foi, como eu disse, uma coincidência retórica. Mas a frase em si é perfeita”¹⁴

“A arte brasileira da próxima década será heróica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes de nosso povo, ou então não será nada”, disse Alvim.¹⁵

“A arte alemã da próxima década será heróica, será de um romantismo ferrenho, será objetiva e sem sentimentalismos, será nacional com um grande pathos e será, ao mesmo tempo, igualmente obrigatória e vinculante, ou não será nada”, disse Joseph Goebbels.¹⁶

O discurso faz parte de um vídeo oficial divulgado por Alvim em redes sociais, seria uma tentativa de reconstrução identitária da arte brasileira ressaltando a necessidade de uma arte nacional heroica, imperativa e nacional. O vídeo do discurso de Alvim, bem como a música utilizada e os demais elementos de fundo que o compunham, remetia de várias formas a Joseph Goebbels. Esse acontecimento, que repercutiu com grande rapidez, foi notável no contexto internacional não apenas por sua absurdez, mas também porque culminou na demissão de Alvim¹⁷

¹⁴ Após referência a Goebbels, secretário de Cultura Roberto Alvim diz que semelhança com discurso nazista foi 'coincidência retórica'. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51149261>

¹⁵ Após referência a Goebbels, secretário de Cultura Roberto Alvim diz que semelhança com discurso nazista foi 'coincidência retórica'. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51149261>

¹⁶ TB, 9 de maio de 1933. Discurso sobre “Die Aufgaben des deutschen Theaters im Hotel Kaiserhof zu Berlin” em 8 de maio de 1933, in: Der Angriff, 9 de maio de 1933, também in: Revolution der Deutschen, p. 175-201. Ver, ainda, FZ, 10 de maio de 1933 (M), “Die Aufgaben des deutschen Theaters. Eine Rede des Ministers Dr. Goebbels”.

¹⁷ 'Brazil's Top Culture Official Fired Over Speech Evoking Nazi Propaganda'. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/01/17/world/americas/roberto-alvim-brazil.html>

3.1. A política externa brasileira da ruptura

De modo a refletir a ruptura estrutural da política externa brasileira após a ascensão da extrema direita anticomunista e seus atores que a priori são divididos entre ideológicos e pragmáticos segundo a literatura recente, deve-se reconhecer as limitações insurgentes de que se trata de um processo ainda em curso. Como Rubim (2010, p. 9) comentou sobre o então governo Lula, realizar “uma análise avaliativa de uma experiência em andamento sempre se apresenta como algo delicado por um largo conjunto de motivos”. No entanto, reconhece-se que no governo Bolsonaro já existem elementos de composição suficientes capazes de fornecer uma análise robusta acerca de seus atores e sua ruptura em relação aos outros governos anteriores. Já no discurso de posse, Bolsonaro preconizou as diretrizes que vinham sendo construídas ao longo de sua campanha presidencial, impondo a agenda que formaria o que hoje é referido como bolsonarismo¹⁸,

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarradas ideológicas [...] Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos (BRASIL, Jair Bolsonaro, 2019).

Conforme visto acima, podemos encontrar elementos bolsonaristas nos lemas ecoados constantemente pelo próprio Bolsonaro, cujos discursos de modo insistente fazem-se passar como desprendidos de ideologias. Contudo, quando se trata de observar a prática das estratégias de política externa do Brasil atual, enxerga-se em Bolsonaro a figura de alguém que busca reconstruir a identidade internacional brasileira que predominou durante os governos petistas Lula e Dilma. De acordo com Casarões (2019), já na campanha Bolsonaro apresentou-se como agente da reconstrução identitária do Brasil no exterior, o critério de alianças não seria mais nos moldes petistas sul-sul ao entregar “o patrimônio do Povo brasileiro para ditadores internacionais” como Venezuela e Cuba. O alinhamento identitário do Brasil passaria ser com potências ocidentais que poderiam “agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil” como

¹⁸ Em sua tese de mestrado intitulada ‘O bolsonarismo da esfera pública. Uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro’, Silva (2020, p. 34) elucida que o “termo bolsonarismo tem sido amplamente utilizado para caracterizar práticas populistas que combinam ideias neoliberais e autoritárias embutidas nas falas do atual presidente do Brasil Jair Bolsonaro e seus seguidores”. Entende-se, portanto, que o bolsonarismo transcende a imagem de Bolsonaro, encontrando ecos também entre seus seguidores e, inclusive, na formulação da política externa do atual governo.

EUA, Israel e Itália. Desse modo, a nova política externa privilegiaria relações com certos núcleos de países que são divididos em três níveis: (1) aproximação com democracias desenvolvidas; (2) no plano simbólico, estas representam o núcleo da tradição judaico-cristã do Ocidente; (3) por fim, são governadas por políticos que compõem a direita nacionalista, como os Estados Unidos sob o governo do presidente Donald Trump ou Israel sob o governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

A reconstrução identitária do Brasil no exterior consiste na destruição dos princípios globalistas e marxistas culturais que guiaram a política externa brasileira desde a redemocratização, o ineditismo do ideário ultradireita bolsonarista nas eleições de 2018 encadeia um ineditismo na política externa brasileira. Em seu discurso de posse no Ministério das Relações Exteriores Ernesto Araújo¹⁹ diz “Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty” e continua “O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para a ordem global.”, partindo de tal premissa o Itamaraty servia a ordem liberal globalista marxista cultural que é definida por Araújo (2017, p. 253) como “os padrões liberais antinacionais e não tradicionais na vida social e do mercado globalizado sem fronteiras na vida econômica”.

Segundo Spektor (2019), embora de estilos dispares a política externa durante os períodos petistas e tucanos guardam bastantes semelhanças. A diplomacia de Fernando Henrique Cardoso estava em busca de “credenciais de boa conduta internacional” contribuindo com diferentes regimes da nova ordem liberal pós Guerra Fria, entretanto aderiu ao pacto liberal de forma gradual, diferentemente de governos vizinhos como o da Argentina e Venezuela, na Organização Mundial do Comércio teve posicionamentos revisionistas ao defender a quebra de patentes, além de expandir sua influência no Mercosul. A diplomacia dos governos petistas explorou as brechas da globalização promovida pela ordem liberal e em certa medida resistiram a aquilo que consideravam seus efeitos perversos sem a intenção de subvertê-lo, tiveram papéis importantes na integração regional e na institucionalização de coalizões multilaterais nas organizações internacionais. Ambos contribuíram na consolidação de um longo período democrático e construíram coalizões regionais concebendo relações com o sul global,

¹⁹ Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores – Brasília, 2 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>

principalmente através do Mercosul, contraindo a integração regional sugerida pelos Estados Unidos.

Para Spektor (2019, p. 329) Bolsonaro representa a guinada mais brusca da política externa brasileira desde a redemocratização, ao se apresentar como contrário ao establishment que o antecederam. O governo acabou por instaurar a diplomacia da ruptura influenciada principalmente por três grupos do novo governo: “o círculo íntimo de Bolsonaro, os generais lotados no Palácio do Planalto e a equipe responsável pela condução da política econômica.” Segundo o autor esses três grupos têm em comum:

um rechaço inequívoco às teses da multipolaridade benigna e à retórica da diplomacia do PT. Embora cada um dos três grupos tente empurrar o país em direções distintas, com ênfases diferentes, o fato é que somarão forças para produzir uma verdadeira ruptura em relação ao passado, honrando as promessas que deram vitória a Bolsonaro no processo eleitoral (SPEKTOR, 2019, p.335).

Embora a política externa bolsonarista se apresente como anti-ideológica e democrática possui uma coincidência retórica com a ultradireita antidemocrática e ideológica. Já nos primeiros meses de governo subverteu princípios como o da mediação nos conflitos regionais e não-intervenção que guiaram a política externa brasileira desde a redemocratização. Segundo Saraiva e Silva (2019) Bolsonaro demonstrou interesse em mudar a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém como era desejo de grupos neopetencostais que integram a ala ideológica, Bolsonaro viajou para o país e estabeleceu relações amistosas com o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, nas palavras do presidente a mudança da embaixada demoraria tempo e seria “preciso namorar, ficar noivo, e depois partir para o casamento”²⁰. Desse modo, o Brasil abandonou o papel de mediador em conflitos regionais no Oriente rompendo com o apoio à solução dos dois Estados na Palestina e assumindo uma posição sionista.

Em relação à Argentina o presidente palpitou sobre as eleições no país, ainda sugeriu que o povo Argentino teria “votado mal”²¹ ao eleger Fernandez e que não iria parabenizar pela vitória, rompendo com o princípio da não-intervenção assim como o costume criado desde

²⁰ Klein, Cristian; Ramalho, André – «A pastores, Bolsonaro volta a prometer mudar embaixada em Israel». In Valor Econômico. 11 de abril de 2019. [Consultado em: 5 de abril de 2019]. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6207913/pastores-bolsonaro-volta-prometer-mudar-embaixada-em-israel>.

²¹ ‘Falta de clima’ com Bolsonaro deixa presidente eleito da Argentina de fora de encontro do Mercosul. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50606788>

a redemocratização em que o presidente dos dois países comparecia a posse do eleito vizinho.²² Paulo Guedes em entrevista à BBC (2018) afirmou aos jornalistas que a Argentina e o Mercosul não eram prioridades, que o bloco é muito restritivo e que possui inclinações ideológicas bolivarianas. Este posicionamento causou surpresa para os países membros do bloco, principalmente para a Argentina. O ex-embaixador da Argentina no Brasil, Juan Lolé disse que tais declarações do Brasil serviam como uma alerta para a Argentina, que não deveria continuar sendo tão dependente do mercado brasileiro, que tem o Brasil como um dos principais destinos de suas exportações, assim como outros países do bloco, o Uruguai e o Paraguai (CARMO, 2018).

Sem embargo, em junho de 2019 um importante acordo econômico foi firmado, após vinte anos de negociações, o Acordo Mercosul-União Europeia, firmado em Bruxelas, na 14ª Cúpula do G-20. O acordo prevê a remoção de maiores tarifas de importação do Mercosul sobre os produtos europeus, relacionamos principalmente aos setores da indústria e da agricultura. Assim, o presidente Bolsonaro expressou em seu perfil do Twitter que esse acordo era um dos acordos mais importantes, com benefícios enormes para economia. No entanto, uma resposta negativa veio por parte do governo francês após o avanço do desmatamento e das queimadas da Amazônia brasileira. Em agosto de 2019 o presidente francês justificou sua oposição ao Acordo devido à falta de compromisso e respeito com as questões ambientais. Além da França, a Irlanda também se opôs ao acordo comercial, devido à falta de responsabilidade do governo brasileiro com o meio ambiente (AYUSO, 2019).

Outro marco ruptural dos princípios da política externa brasileira desde a redemocratização é o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos que veio acompanhado de uma tentativa brasileira de entrar para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. A jornalista Nathalia Passarinho (2020) destaca que desde o início do mandato do presidente Jair Bolsonaro deixou claro sua admiração pelo presidente dos EUA, Donald Trump. O presidente norte-americano chegou a afirmar no encontro do G20 de 2019 que o Brasil e os Estados Unidos estavam mais próximos do que nunca. No entanto, para que o Brasil conquistasse a sua participação na OCDE, foi feita uma exigência por parte dos Estados Unidos: abrir mão do tratamento diferenciado da Organização Mundial do Comércio - OMC, que prevê benefícios nas negociações entre países emergentes e as nações ricas. Tais benefícios

²² Brasil não terá Bolsonaro nem Ministros na posse de presidente da Argentina. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/brasil-nao-tera-bolsonaro-nem-ministros-na-posse-de-presidente-da-argentina/>

envolve por exemplo, a proteção a produtos nacionais e prazos mais longos para o cumprimento de determinações. Assim, o Brasil abriu mão deste tratamento diferenciado da OMC e adotou outras medidas, como: ampliação de cotas de importação e isenção tributária para importação do etanol e trigo norte-americano.

Nathalia Passarinho (2020) conclui que havia por parte do Brasil uma expectativa que os EUA liberassem seu mercado de açúcar, como contrapartida pelas medidas tomadas. No entanto, não houve uma abertura do mercado de açúcar norte-americano, e além disso os Estados Unidos não apoiou a entrada do Brasil na OCDE, que foi de encontro às expectativas brasileiras de ingresso na OCDE e sólida parceria com os EUA, expectativas também presentes nos discursos de o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. No entanto, em outubro de 2019 o Secretário de Estado dos Estados Unidos afirmou que o governo americano não estava disposto a bancar o ingresso brasileiro na OCDE. Ele defendeu a entrada da Argentina e da Romênia para composição da OCDE, mas o Brasil ainda permanece na fila para entrar na organização.

Em dezembro de 2019 outra tensão marcou as relações comerciais Brasil-Estados Unidos: o aumento das tarifas sobre o aço e o alumínio brasileiro. Segundo Trump, esta medida foi tomada devido à desvalorização local do real, que levaria a um prejuízo a concorrência dos produtos dos manufaturados e agrícolas norte-americanos. Em resposta a isso, Bolsonaro anunciou nas redes sociais que havia conversado com o presidente norte-americano para retirar estas taxas dos produtos brasileiros (ROUBIECK, 2020).

Em fevereiro de 2020 o Departamento de Comércio dos Estados Unidos publicou uma medida que altera a classificação de desenvolvimento do Brasil de país em desenvolvimento para país desenvolvido, levando em consideração a participação brasileira no comércio internacional e a presença brasileira no G-20. Em entrevista a Lucas Teixeira (2020) a professora da economia da UFRJ, Margarida Gutierrez, argumenta que esta medida tomada pelos Estados Unidos, não tem uma relação direta com o Brasil, mas é uma medida protecionista do governo norte-americano para melhorar seu saldo comercial, não dando condições favoráveis para alguns países, entre eles a China. Além disso, essa medida muda o modo de tratamento das relações comerciais entre Brasil-EUA dando abertura para aplicação de barreiras comerciais por parte dos EUA, caso o Brasil produtos subsidiados acima do permitido para países desenvolvidos. No entanto, cabe ainda ao Brasil definir seu status de desenvolvimento junto à OMC (TEIXEIRA, 2020).

Sobre os Estados Unidos, Hirst (2006, p. 92) ressalta que “este relacionamento, que atravessou diferentes fases no decorrer do século XX, oscilando entre bons e maus momentos,

jamais cruzou a fronteira que pudesse conduzir a uma confrontação aberta de parte a parte”. A autora estabelece cinco tendências de aproximação do Brasil em relação aos Estados Unidos que servem como indicativo da política externa: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. O alinhamento aos Estados Unidos tem precedentes na história pós-ditadura brasileira principalmente no período Collor, mas como está realizado extrapola antigos padrões, para Hirst “Bolsonaro tem uma relação de idolatria e alinhamento com Trump”²³ ultrapassando assim o simples alinhamento e continua “é importante dizer que o Brasil não inventou este modelo, ele foi instalado pela Colômbia. Um modelo de subordinação aos EUA que os americanos têm a expectativa de repetir com o Brasil”.²⁴

Segundo Michel Dobry (2013) através da observância do processo de crise política que se instaura em determinado governo evidencia-se as características estruturais das sociedades que esses processos políticos ocorrem. Nesse caso a atual ruptura na política doméstica e externa brasileira revelaria marcos de análise, seria o que o autor conceitua como conjunturas fluídas que são marcadas pela interrupção do fluxo normal das interações sociais, há uma transição entre o estado antigo de estabilidade relativa para um novo equilíbrio.

O Brasil em sua história recente enfrenta uma confluência de crises como a ideológica, sanitária, econômica, política e organizacional, com isso houve uma brecha estrutural para entrada de atores desestabilizadores das instituições vigentes canalizados pela ascensão da extrema direita anticomunista que se estabelece num cenário de incertezas devido à transição da estabilidade para crise e conseqüentemente da ordem para desordem. Os institucionalistas Giovanni Capoccia e Daniel Kelemen (2007) caracterizariam tais momento como conjunturas críticas que são

caracterizadas por uma situação em que as influências estruturais (isto é, econômicas, culturais, ideológicas, organizacionais) sobre a ação política são significativamente relaxadas por um período relativamente curto, com duas conseqüências principais: a gama de opções plausíveis abertas a poderosos atores políticos se expande substancialmente e as conseqüências das suas decisões para o desfecho de interesse são potencialmente muito mais

²³ Derrota de Donald Trump criaria problemas para o Brasil, dizem especialistas. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/derrota-de-trump-criaria-problemas-para-brasil-dizem-especialistas-1-24660751>

²⁴ Idem.

importantes. Contingência, em outras palavras, torna-se primordial (2007, p. 343).

A ascensão da extrema direita anticomunista foi o acontecimento que elevou as incertezas que contribuíram para a atual crise acompanhada pela oportunidade para os novos atores através da desordem transitarem para uma nova ordem, assim as mudanças estruturais político-eleitorais se reverberam no plano estrutural da política externa brasileira. Nesse sentido, os recentes eventos históricos que ocorrem no conjuntural impactariam a estrutural, isto é, eventos de curta temporalidade e de transformações aceleradas produziriam mudanças de longa temporalidade e de mutações dilatadas. Dessarte, a nova política externa brasileira que ocorre no plano conjuntural produziria mudanças estruturais na política externa que podem afetar seus paradigmas no longo prazo. O anticomunismo mesclado com o antipetismo seria a tônica dessa nova ultra direita bolsonarista cujo conteúdo se reduz a se opor ao projeto petista que marcou o início do século XXI. O ressurgimento do anticomunismo na política externa brasileiro é um fator causador de incerteza e desordem que põe as instituições democráticas em risco.

3. 2 A política externa bolsonarista e o bovarismo

O eixo anticomunista da política externa bolsonarista gira em torno do ataque da integração sul-americana e das relações Sul-Sul dos governos vermelhos. Na retórica anticomunista bolsonarista as aproximações Sul-Sul seriam uma ação de entrega do patrimônio brasileiro as ditaduras comunistas do sul global, por isso seria necessário virar as costas para o sul global e se aproximar do norte judaico-cristão desenvolvido ocidental. O marxismo cultural, globalismo ou bolivarianismo que fundamentam essa guinada identitária brasileira não passam de falsos cognatos que pretendem atualizar fabulações anticomunistas como a do Plano Cohen nos anos 30. Na retórica bolsonarista o atual governo está salvando o Brasil do comunismo petista assim como os militares salvaram o Brasil nos anos 60 do comunismo trabalhista, mas cabe ressaltar que esse discurso não tem nenhum laço com a realidade.

O bovarismo é a patologia psicológica social emergente no Brasil e em outros países governados pela nova extrema direita que partilham a condição geográfica brasileira de estarem localizados na periferia do capitalismo, os acometidos desse adoecimento psíquico se veem diversos daquilo que são, onde o seu “eu” está deslocado no “outro”. Na própria formulação de Huntington (1996) nos Choques das Civilizações que o Ernesto Araújo reivindica o Brasil não

seria parte do Ocidente, mas sim da civilização latino-americana assim como outros países da América do Sul. O que Araújo (2017) desconsidera e argumenta que o Brasil faz parte do Ocidente e partilha a tradição milenar.

Nesta hipótese, o Brasil – mesmo que o não queira – faz parte do Ocidente, e esse Ocidente está – mesmo que não o veja – em um conflito de gigantescas proporções por sua própria sobrevivência. Mas para posicionar se em tal cenário é preciso não enxergar a realidade apenas pelas lentes da política. [...] Assim também, ao lado de uma política externa, o Brasil necessita de uma metapolítica externa, para que possamos situar nos e atuar naquele plano cultural espiritual em que, muito mais do que no plano do comércio ou da estratégia diplomático militar, estão se definindo os destinos do mundo. Destinos que precisaríamos estudar, não só do ponto de vista da geopolítica, mas também de uma “teopolítica” (ARAÚJO, 2018, p. 325).

Caso o Brasil fosse Ocidental seria reconhecido como tal pelos próprios países ocidentais que integram o sistema internacional, mas não o é. A negação da identidade latino-americana é a negação do “eu” brasileiro, o processo histórico concreto do Brasil o aproxima dos países latino-americanos e o distancia dos países ocidentais, a incapacidade de enxergar as vicissitudes brasileiras leva aos atores da política externa bolsonarista a idealizam-se em algo que não são. O modelo de subordinação aos EUA e o distanciamento dos países do sul são a marca do bovarismo que espera que Deus salve o Ocidente juntamente com o Brasil e entone lemas como “We want God” ou “Deus acima de tudo”.

O desejo de ser outro não fará que o Brasil seja outro, o Brasil ainda continuará sendo o que é, nesse sentido a sociedade brasileira pode ser entendida como uma luta incessante dos antibovaristas e bovaristas. O seu lado antibovarista está a resistência negra e ameríndia contra a escravidão, dos operários que organizaram greves no início do século XX, dos movimentos de reforma agrária como as Ligas Camponesas nos anos 60 e o MST E MTST atualmente. Já em seu lado bovarista está a classe dominante reacionária que na defesa de seus interesses privados emprega a violência institucionalizada para fins particulares, que são avessos a quaisquer avanços sociais e protagonizam de tempos em tempos no Brasil contrarrevoluções preventivas para a conservação de seu poder instrumentalizando o anticomunismo para atacar seus opositores políticos através de seis líderes políticos.

As articulações Sul-Sul nos governos petistas e tucanos foram uma expressão antibovarista na política externa brasileira. A formação e fortalecimento de blocos periféricos como o Mercosul e a Unasul pressupõe uma compreensão da condição brasileira no arranjo

político internacional, voltar os olhos para o norte e virar as costas ao sul global é traçar o mesmo caminho que Emma Bovary ao esquecer que há uma realidade concreta que independe a concretização de suas fantasia romântica. O ressurgimento do anticomunismo confundido com o antipetismo na política externa brasileira distancia o Brasil de um caminho emancipatório e autônomo que seja capaz de dar uma resposta concreta a condição brasileira no cenário político internacional.

4. Considerações Finais

Partindo da ideia historicamente fundamentada que o anticomunismo é um indício de ruptura institucional na política doméstica e externa brasileira, cuja gênese está na ascensão de movimentos autoritários como os movimentos de extrema direita em 2013 que induziram a atual crise das instituições democráticas. Conclui-se que o bolsonarismo estabelece paralelos históricos com períodos autoritários no Brasil, Estado Novo e Ditadura Militar-Empresarial que o anticomunismo foi instrumentalizado como justificativa moral para a ruptura institucional. Os conceitos de contrarrevolução e bovarismo são aplicados ao bolsonarismo – e suas alas ideológicas – considerando o fenômeno anticomunista como expressão cíclica e ruptural da política interna e externa brasileira.

A política externa bolsonarista representa um momento de ruptura em relação aos governos petistas e tucanos que o antecederam. Em termos regionais, essa guinada bolsonarista foi responsável por preferir várias tentativas malsucedidas de alinhamento ao governo Trump, ao passo que descartou a possibilidade de acelerar o acordo Mercosul-EU. Além disso, houve uma piora notável entre o relacionamento das duas principais economias sul-americanas, Brasil e Argentina. Em termos de pandemia e do enfraquecimento econômico global, o impacto de Bolsonaro e do bolsonarismo as diretrizes da política externa é nefasto, o enfraquecimento das relações Sul-Sul e o alinhamento incondicional aos EUA rompem a tradição diplomática e multilateral da política externa brasileira, provocaram o enfraquecimento do Brasil como um importante ator regional.

As consequências do ressurgimento do anticomunismo na política externa brasileira se reverberam no isolacionismo do Brasil no continente sul-americano, bem como uma guinada radical na estrutura do Ministério das Relações Exteriores durante o governo Bolsonaro. Desse modo, o trabalho pretende contribuir para a avaliação da política externa em curso, através de uma revisão de literatura aplicada aos elementos característicos do bolsonarismo e da política externa brasileira – moldada em torno dele

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. (2018). *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

ABRANCHES, S. (2021). Presidencialismo de coalizão em transe e crise democrática no Brasil. *Revista eurolatinoamericana de análisis social y político*, 2(3), 67-79.

AHDI-RJ. Memorial sobre a necessidade de criação do S.E.I. encaminhado ao ministro Macedo Soares e por Odette de Carvalho e Souza. 28 de jan. de 1937. p 1-3.

ARAÚJO, Ernesto Fraga. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*, IPRI. Ano III, n. 6, 2017.

ARAÚJO, Ernesto Fraga. Para além do horizonte comunista. Ministro das Relações Exteriores – Artigos. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/21163-para-alem-do-horizonte-comunista-terca-livre-18-12-2019>>

AYUSO, Silvia. Macron acusa Bolsonaro de ter “mentido” sobre o clima e se opõe ao acordo com o Mercosul. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/23/internacional/1566554931_522227.html

BONNET, Luciano. Anticomunismo. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Vol. 1. Tradução Carmen C. Varriale. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Presidente (Jair Bolsonaro: 2019 –). Discurso na cerimônia de posse no Congresso. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>

BRASIL. Secretário Especial de Cultura (Roberto Alvim: 2019 – 2020). Discurso ao lançar o Prêmio Nacional das Artes. 2020. Disponível em:

<https://br.noticias.yahoo.com/ao-lan%C3%A7ar-pr%C3%AAmio-secret%C3%A1rio-cultura-232335725.html?guccounter=1>

CAPOCCIA, G.; KELEMEN, R. D. *The Study of Critical Junctures: Theory, narrative, and counterfactuals in Historical Institutionalism*. World Politics, v. 64, n° 2, abril 2007.

CARMO, Maria. Bolsonaro Presidente: Declaração de Paulo Guedes sobre Mercosul surpreendem membros do bloco. Disponível em:
<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil46026331>>

CASARÕES, Guilherme. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. Pensamento proprio, 49-50, p. 231-260, 2019.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4. Ed. rev. Ampl., 1ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

CORREIA, Marcos Sá. 1964: visto e comentado pela Casa Branca. Porto Alegre: L&PM, 1977.

Deodoro, Juliana; Junior, João Batista. Um protesto por dia, quem aguenta? Veja São Paulo. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/protestos-aumento-passagem-sp/>

DOBRY, M. *Sociologia das crises políticas*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ERNANDES, Florestan. Brasil em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, Florestan. A ditadura em questão. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais).

FLAUBERT, Gustave. Madame Bovary. Penguin Companhia; 2011

FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (orgs) *Brasil em transe: bolsonarismo, novas direitas e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

FUKUYAMA, F. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAULTIER, Jules de. Le Bovarysme: La psychologie dans l'oeuvre de Flaubert. Paris: Librairie Léopold Cerf. 1892.

GIUSIEPPE BEDESCH. Comunismo. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Vol. 1. Tradução Carmen C. Varriale. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

HIRST, M. Os cinco “As” das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In ALTEMANI, H; LESSA, A.C. (orgs.) *Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas*, volume 1. São Paulo: Saraiva, 2006

HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO - Perfil Militar de Um Povo. Edição do Estado-HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Huntington, S. P. (1996). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon&Schuster.

KEHL, Maria Rita. Bovarismo brasileiro. Boitempo. 2018.

KEEN, Andrew. O culto do amador. São Paulo: Zahar, 2009.

LIND, William S. “Political Correctness:” A Short History of an Ideology. Free Congress Foundation. 2004

MACHADO, Jorge e MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de Junho à Cruzada Moral: O Papel das Redes Sociais na Polarização Política Brasileira. Scielo. 2019

MAGALHÃES, David. A Nova Diplomacia Templária. In: Esther Solano Gallego. (Org.). *Brasil em Colapso*. 1ed.São Paulo: UNIFESP, 2019

Maior do Exército. Rio de Janeiro : Gráfica Fundação IBGE, 1972.

MARQUES, Raphael. Repressão política e anticomunismo no primeiro governo Vargas: a elaboração da primeira lei de segurança nacional. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, v.15, n. 107, out./2013

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Marx, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Boitempo. 2011.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. O ressurgimento do anticomunismo na política externa brasileira (2013-2020). *Anais do Simpori*. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Anticomunismo e Antipetismo na atual onda direitista*. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Eduff. 2020.

NEPOMUCENO, Maria. A criação de uma Diplomacia Anticomunista no governo Vargas, em 1937. *Em Tempo de História*, Brasília, n. 33, ago./ dez. 2018.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *O golpe do Estado Novo (1937)* In: *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, 2004.

PASSARINHO, Nathália. 1 ano de governo Bolsonaro: 6 momentos revelam guinada na política externa. Disponível em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/01/02/1-ano-de-governo-bolsonaro-6-momentos-chave-que-revelam-guinada-na-politica-externabrasileira.htm>>

PASSOS, Rodrigo; SANTANA, Diana. Uma breve análise das propostas de Jair Bolsonaro para a política externa brasileira. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 89-101, 2018.

PENA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul. *Rev. Bras. Polit. Int.*, v. 52, n. 2, 2009.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RODEGHERO, Carla. Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002

ROUBICEK, Marcelo. Qual a dimensão da crise entre Bolsonaro e o Congresso. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/02/26/Qual-a-dimens%C3%A3o-dacrise-entre-Bolsonaro-e-o-Congresso>>

ROUBICEK, Marcelo. O que o Brasil ganha e perde com o status de desenvolvido?

Disponível em:

SILVA, C. L. Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Wellington Teodoro da. O Marxismo Cultural no Brasil: Origens e Desdobramentos de uma Teoria Conservadora. 2021

SPEKTOR, Matias. Diplomacia da ruptura. In: *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TEIXEIRA, Lucas Borges. Sem Vantagem Comercial, Brasil será tratado por EUA como França e Alemanha. Disponível em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/02/12/status-brasil-desenvolvido-em-desenvolvimento.htm>>

